

Do acesso à permanência dos estudantes cotistas aos cursos de engenharias: democratização da educação superior

Of the access to students cotistas' stay in engineering courses: democratization of higher education

Del acceso a la permanencia de los estudiantes cotistas en los cursos de ingeniería: democratización de la educación superior

Joama Silva Diniz  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Vivianne Souza de Oliveira Nascimento  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar o acesso dos estudantes cotistas aos cursos de engenharias e as dificuldades da permanência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, construída a partir da metodologia do Estado da Questão, a partir da análise de dissertações que tratam do acesso e da permanência de alunos cotistas nos cursos de graduação em Engenharia disponíveis no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos de Acesso Aberto (OASIS BR). Ademais, utilizou-se ainda como recursos metodológicos a revisão bibliográfica e a análise documental em legislações pertinentes. Os resultados revelam que os estudos sobre acesso, permanência e democratização do ensino superior aparecem de modo mais expressivo no momento de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008, junto com o debate sobre a implementação da Lei 12.711/2012. Assim, é possível concluir que apesar do baixo quantitativo identificado de teses e dissertações voltadas para a permanência dos alunos nos cursos de engenharias, o debate sobre as dificuldades encontradas por esses discentes é central e inerente a essas produções, a fim de identificar os desafios políticos e econômicos que estão postos à complexa organização da formação profissional em nível superior para uma fração da população historicamente excluída dessa etapa da educação.

Palavras-chave: Democratização. Política de cota e permanência. Engenharia.

Abstract

The present work aims to present the access of quota students to engineering courses and the difficulties of permanence. It is a bibliographical research, built from the methodology of the State of the Question, from the analysis of dissertations that deal with access and permanence of quota students in undergraduate courses in Engineering available on the Brazilian Portal for Open Access Scientific Publications and Data (OASIS BR). In addition, it was also used as methodological resources the bibliographical review and documentary analysis in relevant legislation. The results show that studies on access, permanence and democratization of higher education appear more expressive at the moment of expansion of the Federal Network of Professional Education, Science and Technology in 2008 and the debate about the implementation of Law 12.711/2012. Thus, it is possible to conclude that despite the low number of theses and dissertations aimed at the permanence of students in engineering courses, the debate about the difficulties encountered by these students is central and inherent to these productions, in order to identify the political and economic challenges that are placed on the complex organization of vocational training at higher level for a fraction of the population historically excluded from this stage of education.

Keywords: Democratization. Quota and permanence policy. Engineering.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo presentar el acceso de los estudiantes cotistas a los cursos de ingeniería y las dificultades de la permanencia. Se trata de una investigación bibliográfica, construida a partir de la metodología del Estado de la a partir del análisis de disertaciones que tratan el acceso y la permanencia de alumnos cotistas en los cursos de licenciatura en Ingeniería disponibles en el Portal Brasileño de Publicaciones y Datos Científicos de Acceso Abierto (OASIS BR). Además, se utilizó como recursos metodológicos la revisión bibliográfica y el análisis documental en las legislaciones pertinentes. Los resultados revelan que los estudios sobre acceso, permanencia y democratización de la enseñanza superior aparecen de manera más expresiva en el momento de expansión de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica en 2008 y el debate sobre la implementación de la Ley 12.711/2012. Así,



es posible concluir que a pesar de la baja cantidad identificada de tesis y disertaciones dirigidas a la permanencia de los alumnos en los cursos de ingeniería, el debate sobre las dificultades encontradas por estos estudiantes es central e inherente a estas producciones, a fin de identificar los desafíos políticos y económicos que se plantean a la compleja organización de la formación profesional en el nivel superior para una fracción de la población históricamente excluida de esta etapa de la educación.

Palabras clave: Democratización. Política de cuota y permanencia. Ingeniería.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior para a classe trabalhadora, apesar de sua notória importância, é um tema complexo que figura na área de pesquisa da Educação Profissional ainda com a necessidade de mais estudos, em razão da diversidade de elementos que a compõe. Desse modo, o presente estudo objetiva analisar como o tema do acesso e da permanência dos alunos beneficiários das políticas de cotas nos cursos de Engenharias aparece na produção científica brasileira. Assim, o estudo parte da seguinte questão de pesquisa: qual a relação entre a política de cotas e a ações de permanência na trajetória dos estudantes dos cursos de engenharias do Campus Natal-Central do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte?

Para tanto, foi construída uma pesquisa bibliográfica, a partir da metodologia do Estado da Questão, mediante a análise de dissertações que tratam da trajetória acadêmica dos alunos das engenharias disponíveis no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos de Acesso Aberto (OASIS BR). Ademais, utilizam-se ainda como recursos metodológicos a revisão bibliográfica e a análise documental em legislações pertinentes.

Desse modo, o artigo se organiza nas seguintes sessões: 1) introdução, em que constam os elementos descritivos gerais sobre o assunto; 2) fundamentação teórica do estudo, que apresenta a discussão conceitual sobre democratização e elitismo; inclusão e exclusão na Educação Superior; 3) metodologia, onde é descrito o percurso metodológico realizado nesse estudo; 4) resultados, onde se apresentam os elementos identificados nas análises das teses e dissertações pesquisadas; 5) considerações finais, em que são apontados os elementos conclusivos do estudo, seguido pela lista de referências bibliográficas utilizadas.

2. OS DUALISMOS PRESENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesta seção, discute-se de forma breve os dualismos inclusão e exclusão, democratização e elitismo enquanto categorias de contradição nas mudanças de visão sobre o acesso aos cursos superiores de instituições públicas federais. Partimos da relação educação e trabalho para discutir o processo de democratização nos cursos de engenharia.

Ao refletir sobre democratização e elitismo partimos do direito à educação enquanto valor inalienável de todo ser humano uma vez que constitui um valor inerente a sua formação e como consequência todas as possibilidades que decorrem desse direito. Desse modo, entendemos que o ser humano faz parte de um conjunto de relações sociais, como sujeito histórico e pleno em direitos.

Nesse sentido, a educação torna-se processo e condução necessária à formação integral do ser humano. Ao mesmo tempo, enquanto ser social, o homem por meio do acesso à educação parti-

cipa do processo de socialização mediante condições econômicas, sociais, culturais apoderando-se desses conhecimentos e práticas para se constituir parte da sociedade em que vive.

Logo, a democratização do direito à educação como forma de garantir ao indivíduo sua formação integral parte da constituição estabelecida no ordenamento jurídico que formaliza as políticas de acesso e permanência e garantem o pleno direito à educação para todos os indivíduos que compõem a sociedade.

O acesso ao ensino formal em todas as suas etapas e neste caso especialmente ao ensino superior é um direito e uma forma de garantir cidadania e formação profissional. Esses avanços em relação às leis da educação e dos programas de assistência estudantil ganham força ao longo do tempo, embasados em debates históricos, pesquisas acadêmicas e luta coletiva em benefício dos jovens, pois os preparam para a cidadania.

Existe um processo de extensão e ampliação desse direito compreendido por Cury (2002) como fundamental em uma sociedade como a brasileira. Para o autor:

A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. Por isso, declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram, que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado (Cury, 2002, p. 259).

Assim, a democratização do acesso ao ensino superior é um direito consolidado, e deve ser uma escolha dos indivíduos exercê-lo ou não, mas a garantia de acesso e permanência deve ser reafirmada como princípio fundamental do direito à educação em todos os níveis.

Nesse sentido, Piovesan (2008) afirma “a ética emancipatória dos direitos humanos demanda transformação social, a fim de que cada pessoa possa exercer, em sua plenitude, suas potencialidades, sem violência e discriminação”. Assim entendemos que a dualidade, educação e trabalho, imposta a determinados grupos historicamente desfavorecidos economicamente a partir da lógica capitalista impede que esses grupos tenham uma transformação social e possam exercer suas escolhas sem nenhum tipo de exclusão.

O processo de democratização nos cursos de engenharia passa pelo crescimento do acesso e da permanência dos estudantes em instituições de ensino superior públicas. A começar da promulgação da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, as Instituições Federais de Educação Superior tiveram que destinar 50% das vagas aos estudantes que cursaram os três últimos anos da educação básica em escolas públicas, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Lei de Cotas constitui uma ação que, aliada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Política Nacional de Assistência



Estudantil (PNAES), representou um significativo avanço no processo de democratização à educação superior, permitindo o acesso a um público historicamente excluído a essa etapa da educação. Entretanto, a inclusão apenas não supre o processo de democratização. As políticas direcionadas à educação superior precisam ir além do acesso e garantir permanência para os estudantes cotistas que, muitas vezes, já ingressam na universidade em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, as ações de democratização do acesso, especialmente a Lei nº 12.711/2012, proporcionaram um novo perfil socioeconômico dos ingressantes do ensino superior.

Segundo Kuenzer (2002, p. 5):

O trabalho pedagógico, enquanto conjunto das práticas sociais intencionais e sistematizadas de formação humana que ocorrem nas relações produtivas e sociais, embora expresse em parte a concepção de trabalho em geral porquanto se constitui em uma das formas de construção material da existência através da reprodução do conhecimento, não deixa de se constituir, no capitalismo, em uma das suas formas de expressão (Kuenzer, 2022, p. 5).

Nesse sentido, a formação para o trabalho no contexto de uma sociedade capitalista está voltada à necessidade de demanda do mercado. O sistema de ensino brasileiro no que diz respeito ao papel da educação profissional está alinhado ao caráter dualista da sociedade que é o reflexo da divisão social do trabalho que divide a formação entre uma educação mais intelectual e uma educação mais voltada para execução de tarefas manuais reproduzindo na escola o modelo de organização do processo de trabalho. Essa visão de formação vai implicar a divisão entre os que concebem e controlam o processo de trabalho e aqueles que o executam. O conceito de politécnia presente em Saviani (2003), partindo do materialismo histórico dialético, é um contraponto a essa visão, no sentido de um processo de trabalho que desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais.

Nesse sentido, a divisão entre ensino médio de formação propedêutica e formação profissional é a realidade para maior parte dos filhos da classe trabalhadora. Diante disso, torna-se um movimento contraditório o avanço do ensino médio para a classe trabalhadora que sempre esteve à margem do desenvolvimento, pois muitas vezes tem que sacrificar o acesso à educação em favor do trabalho e de outro lado o modelo econômico do capitalismo que tem por objetivo se manter como classe dominante por meio da exploração da classe que sobrevive do trabalho.

Diante desse cenário, o ensino superior torna-se uma formação ainda mais excludente para grande parte da população brasileira que precisa dedicar-se ao trabalho e à própria subsistência. Nesse contexto é que os avanços em relação às políticas públicas de acesso e de permanência tornam-se relevantes e necessárias como ferramentas que promovem a democratização da educação. Nesse sentido:

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, também se estabeleceu como importante política no cenário de expansão e democratização da educação superior. O REUNI propôs, como principais objetivos, a ampliação do acesso e da permanência na graduação e um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das instituições de ensino (Passos, 2020, p.27).

Dessa forma, a política que reorganizou a rede federal de educação profissional, por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constitui-se em uma iniciativa relevante para o desenvolvimento das regiões mais interioranas do país com a oferta de educação básica, profissional e superior.

Assim, oficialmente em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Por meio desse ato, toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do País passou por uma forte reestruturação organizacional e acadêmica: “Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação” (Brasil, 2008).

Essas ações colaboram para a ampliação do direito à educação superior promovendo a integração e estimulando o crescimento das diferentes regiões e ampliando a oferta de educação superior na Rede Federal, configurando-se como um avanço no sentido de incluir indivíduos e regiões que estavam excluídos historicamente. Sobre isso, Silva (2022, p.106) afirma:

É nesse sentido que eu sublinho a importância da conformação de grupos e subgrupos com novas linguagens e novos corpos compondo o “universo” que é uma universidade: a presença desses novos membros é a construção da possibilidade de existência de outras representações do corpo negro. Essas são experiências inspiradoras, que provocam deslocamentos, que alimentam a possibilidade de ser (Silva, 2022, p.106).

Nesse sentido, as instituições públicas de ensino superior se apresentam como espaços que propiciam a solução de muitos problemas sociais como a superação das desigualdades e a garantia de uma educação de qualidade com a promoção de justiça social e equidade como também soluções técnicas por meio da educação profissional.

O ensino superior no Brasil sempre se caracterizou como privilégio das elites conforme nos apontam os documentos históricos e as pesquisas acadêmicas no campo da educação. Tal fato deve-se à origem colonizadora de nosso país com reflexos nas desigualdades da sociedade que estão presentes na política educacional onde o estado e as classes dominantes utilizam estratégias para manter o acesso à educação superior enquanto um bem público como privilégio de poucos, lembrando que foi a partir da promulgação da constituição em 1988 que a democratização da educação passa a ser posta em evidência.

Partimos da desigualdade social como dimensão estruturante da formação do Brasil para compreender o processo de elitização da educação superior brasileira que mesmo com o processo de expansão que tem possibilitado uma melhoria desse quadro, ainda apresenta resquícios de uma história não superada. Nesse sentido, destacamos que:

Diferentemente do que muitos fazem crer, o Brasil não é país pobre; é uma nação rica que convive com a pobreza e alimenta os mecanismos (re) produtores da desigualdade e da injustiça social. O ensino superior, em particular, é um bem simbólico desigualmente distribuído que legitima os saberes e as práticas, a partir dos quais os detentores dos títulos acadêmicos sentem-se em condições de exercerem determinados ofícios e relações de poder na sociedade. Saliencia-se a importância de estudar as raízes histórico-sociais das desigualdades sociais estruturantes do país, uma vez que a sociedade de hoje está diretamente vinculada às heranças escravocratas e coloniais (Nierotka, 2019, p.14).



Essa herança de desigualdades que marca a sociedade brasileira, mesmo que em novas configurações, permanece sob o comando das elites. Essas implicações na formação para o trabalho partem da inserção do Brasil ainda colonial no capitalismo comercial e industrial fornecendo ao mercado europeu itens como madeira e produtos agrícolas.

Nesse momento histórico do Brasil colonial, os filhos da elite que desejassem fazer um curso superior se deslocavam para a Europa. Em um segundo momento, após a vinda da família real portuguesa, é que sugeriram as primeiras instalações de cursos superiores no Brasil e ainda assim apenas para os que pertenciam as elites conforme afirma Nierotka, (2019, P.16) “a monarquia constitucional, implantada no início do século XIX, não alterou em nada a ordem social. As elites mantiveram-se dispostas a manter o seu *status quo* e a defender a escravidão e a posse concentrada da terra”.

Logo, o acesso ao ensino refletia a organização da sociedade e os interesses das classes dominantes de perpetuar o modelo de sociedade que estava estabelecido baseado no sistema colonial. Nesse sentido, Santos (2023, p. 72) aponta a criação dos cursos de engenharia no Brasil:

A data de início formal dos cursos de engenharia no Brasil foi em 17 de dezembro de 1792, com a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho na cidade do Rio de Janeiro. A formação técnica recebida nesse período permitia aos concluintes, aptidões para estudos científicos avançados. Após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, D. João cria, em dezembro de 1810, a Academia Real Militar, a partir das instalações da Real Academia, Fortificação e Desenho, que mais tarde, em 1874, foi transformado em Escola Politécnica, a qual passa a integrar a UFRJ, em 1920 (Santos, 2023, p. 72).

Mesmo após a independência, a sociedade brasileira manteve elementos de conservadorismo político e social que não permitiam aos oriundos das classes menos favorecidas acessarem o ensino superior, destacamos que o país ainda convivía com a escravidão, o que é incompatível com a ideia de construção de uma nação desenvolvida.

Nesse sentido, os traços marcantes da sociedade escravocrata mantiveram-se fortes ao longo das décadas reproduzindo o modelo dos chamados cursos imperiais (Medicina, Direito e Engenharia) que refletem a discriminação socioeconômica promovida pelos diversos mecanismos de acesso ao ensino superior que promovem uma seleção que ainda permanece desigual. Mesmo com a democratização do acesso é possível identificar o perfil socioeconômico de quem ingressa nos cursos tradicionais. Sobre isso, Toscano (1999, p. 180) em sua Dissertação intitulada “Vestibular: A escolha dos escolhidos” aponta que:

O vestibular, ao longo de sua existência no Brasil, que data especificamente de 1911, já passou por várias modificações, tornando-se objeto de grandes controvérsias em torno de sua dissolução ou substituição, por outros mecanismos de acesso ao ensino superior. A partir da década de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, que permitiu o acesso ao ensino superior para todos aqueles que concluíssem qualquer curso de nível médio, o vestibular tornou-se um problema complexo, uma vez que passou a ser percebido como um exame que privilegiava uma minoria que já acumulava ao longo de sua vida condições de aprovação (Toscano, 1999, p. 180).

Vejamos que mesmo com alterações legais que permitiam o acesso ao ensino superior, este, ainda se configura como elitista, uma vez que a mentalidade em relação à população mais

vulnerável se manteve. Destacando especificamente o curso de Engenharia Civil, Santos (2023, p.73) verifica que a partir de 1960 ocorreu um crescimento mais significativo dos cursos de Engenharia Civil, período que o autor denomina como primeira fase de expansão do ensino superior no Brasil. No entanto, essa expansão foi insuficiente com apenas 25 cursos criados em 1961 e 1910. Ainda de acordo com Santos (2023, p.73), na segunda fase de expansão do ensino superior:

Outro período com maior destaque em relação à criação de cursos se dá a partir de 2001, momento em que se inicia a segunda fase de expansão do ensino superior, e que, se considerarmos apenas o crescimento entre 2001 a 2010, verificaremos um aumento na criação de cursos de Engenharia Civil maior do que todo o século passado. Esse crescimento extraordinário perdeu no período seguinte, de 2011 a 2020 quando foram criados 1069 novos cursos de Engenharia Civil, o que representa um crescimento de 504,24% em relação ao período anterior, que já havia sido muito expressivo. Destaca-se que esse aumento no número de cursos mostra-se compatível com as políticas de expansão ocorridas no mesmo período. Somados todos os cursos criados de 1810 a 2022 resulta do número de 1501 cursos de Engenharia civil no país 1920 (Santos, 2023, p. 73).

A partir dos dados apresentados pelo autor constatamos que as políticas de expansão do ensino superior adotadas no período foram extremamente relevantes para ampliação do número de cursos, o que não se configura como rompimento das desigualdades uma vez que os dados mostram que a maior parte desses cursos foi criada em redes particulares: “A política de expansão de matrículas que ocorre, sobretudo em função do crescimento da rede de instituição privada” (Toscano, 1999, p. 181). O que implica inferir que as pessoas que acessam esses cursos necessitam e/ou necessitará de algum tipo de auxílio para ingressar e permanecer até a conclusão.

Nesse sentido, os cursos de Engenharia desde a sua instalação e posterior período de expansão tem como marca o elitismo e a exclusão das camadas menos privilegiadas da sociedade com reprodução desse modelo excludente no ensino superior que, no Brasil, foi implantado tardiamente se comparado a outros países. E, se fizermos um recorte do percentual da população que conseguia acessar o ensino superior por critérios de nível de escolaridade da família, certamente encontraremos dados que reafirmam o abismo social em nosso país.

Uma das principais questões que envolvem as Universidades públicas no Brasil, diz respeito ao fato de as mesmas serem o alvo de acusações como elitistas e que os seus custos são considerados elevados para as finanças do país. Isso é amplamente enfatizado pela imprensa no período posterior aos exames de acesso a essas instituições, que procura identificar quem obtém êxito nos referidos exames (Toscano, 1999, p.182).

O processo de industrialização e urbanização colaborou com uma nova configuração do Brasil, no início do século XX, marcado pelo êxodo rural e pelo crescimento da população urbana especialmente nos grandes estados do sudeste, como São Paulo, contribuindo com a formação das classes sociais nas cidades, reproduzindo e fortalecendo o fosso entre ricos e pobres.

Dessa maneira, acompanhando a tendência das elites agrárias em São Paulo, os primeiros formandos das cidades têm origem nas tradicionais famílias do patriarcado rural, ligados principalmente à atividade cafeeira que dominava a economia da época, que procuravam acompanhar a modernização e o crescimento urbano e industrial que se seguiu. A procura pelos cursos de engenharia se deu em um movimento para adquirir a formação técnica e para manter o *status quo* em outra configuração social.



Entre as décadas de 1960 e 1970 tivemos o primeiro período de expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) especialmente nas maiores cidades do país e no interior dos estados mais desenvolvidos, no entanto essa expansão se deu no âmbito das instituições particulares de ensino em razão da alta demanda de jovens que não conseguiam acesso em universidades públicas. Contudo, quando tratamos de democratização da educação partimos da visão de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Nesse sentido:

Os IFs trouxeram uma nova configuração para a centenária Rede Federal de Educação Profissional. Com eles foi possível atender à uma demanda já existente: a oferta da Educação Superior pelo conjunto das instituições que compõe essa Rede. As transformações por qual passou a Rede Federal demonstraram esse intento. Ainda na década de 70, a criação dos primeiros CEFETs possibilitou a atuação da Rede Federal em nível superior de graduação, por meio da oferta da Engenharia Industrial, dos Cursos Superiores de Tecnologia e das licenciaturas voltadas para a formação de professores para o ensino técnico e para o curso superior de tecnologia. Com os IFs, foi possível ampliar o atendimento de um contingente maior de pessoas à um tipo de educação voltado aos interesses de valorização do capital, que necessita difundir um tipo de formação pragmática, imediatista e interessada de modo a atender às demandas de produtividade e competitividade das empresas. Para isso, a criação dos IFs também foi a estratégia encontrada para a diversificação, flexibilização e redução dos custos para a oferta de Ensino Superior, bem como recomendado pelos organismos internacionais (Ramos, 2019, p.83).

O atual modelo que temos de acesso e permanência nas universidades é decorrente das reformas que vem sendo postas em prática no sentido de expandir e democratizar a universidade. Destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394) em 1996 e a expansão do sistema de ensino federal, tanto das universidades quanto da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nos anos 1980 e 1990, contudo, as Universidades públicas se vêem envoltas do seguinte dilema: à revelia da ausência de recursos, buscam cumprir, na medida do possível, as suas funções de ensino, pesquisa e extensão (competência) e, de outro, a necessidade de ampliação de suas vagas, sobretudo após a aprovação da Lei nº 9.394/96-LDB, com vista a possibilitar o acesso a uma maior camada da população (democratização). Paralelamente, está a questão da sobrevivência das instituições públicas (autonomia) que passam por um processo de avaliação de desempenho baseada em critérios quantitativos de suas funções, ao lado da própria redefinição de suas atividades (Toscano, 1999, p.182).

A Lei nº 9394/1996 organiza as diretrizes e bases da educação nacional e disciplina os aspectos educacionais do país em todos os níveis de ensino. Para além da regulamentação, a educação tem o papel fundante de promover pensamento crítico e protagonismo na evolução cultural de uma sociedade, no sentido de ajudar cada indivíduo a exercer plenamente suas funções enquanto cidadão titular de direitos e deveres.

Com a criação da Lei nº 12.711/2012 ficou estabelecido prioridade para os cotistas no recebimento do auxílio estudantil; redução do critério de renda familiar *per capita* para um salário-mínimo na reserva de vagas de 50% das cotas; extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação e inclusão dos estudantes quilombolas como beneficiários das cotas.

Destacamos também a criação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) por meio do decreto nº 6,096, de abril de 2007 que tinha como meta estabelecer condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior das universidades federais brasileiras.

Logo, esses mecanismos normativos, contribuíram para a expansão do ensino público por meio de diretrizes que visam reduzir taxas de evasão, ocupar vagas ociosas, expandir as políticas de inclusão e assistência estudantil. Esse período de expansão proporcionou mudanças significativas e reconfigurou espaços no sentido de transformação de municípios de pequeno e médio porte em polos de desenvolvimento intelectual e econômico expandindo o ensino público federal para além dos limites das capitais por meio da democratização que promove o acesso reduzindo distorções sociais e econômicas.

Nesse sentido, os públicos oriundos de camadas sociais populares que conseguem acessar as universidades já trazem consigo uma preocupação de como permanecer nesse espaço, pois, em muitos casos, não possuem recursos básicos para isso. Desse modo, as instituições são chamadas a pensar em alternativas que superem as cotas de entrada como também efetivar a permanência material e simbólica dos indivíduos que estão superando lacunas que os prejudicam quanto à permanência nesses espaços.

3. METODOLOGIA

Este artigo configura-se como pesquisa qualitativa elaborada com base em um Estado da Questão no qual se pretende viabilizar como estudos antecedentes de uma dissertação de mestrado sobre a permanência dos alunos com vulnerabilidades socioeconômicas nas engenharias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central. A pesquisa parte da discussão teórica da temática, com o objetivo de estabelecer diálogos entre o objeto de pesquisa e outras produções científicas (dissertações) nesta seara. Segundo Nóbrega-Therrien & Therrien (2004, p. 7):

A finalidade do “estado da questão” é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa.

Nosso objetivo é situar as discussões acerca da temática democratização dos cursos de Engenharia e responder a questão de pesquisa considerando nosso *lôcus* de atuação e apontar (i) quais são os caminhos seguidos pelos pesquisadores ao abordar o tema?

Utilizamos como fonte o levantamento da produção científica (dissertações e teses) sobre a temática na plataforma: Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASIS BR). A busca foi realizada em 10 de setembro de 2024 tendo como descritor “democratização nos cursos de engenharia” (sem aspas, todo em letra minúscula) e tendo como recorte temporal os trabalhos publicados no período de 2019-2023. A justificativa para a escolha do marco temporal é a atualidade da pesquisa conforme Nóbrega-Therrien & Therrien (2004, p. 7): “como se encontra o

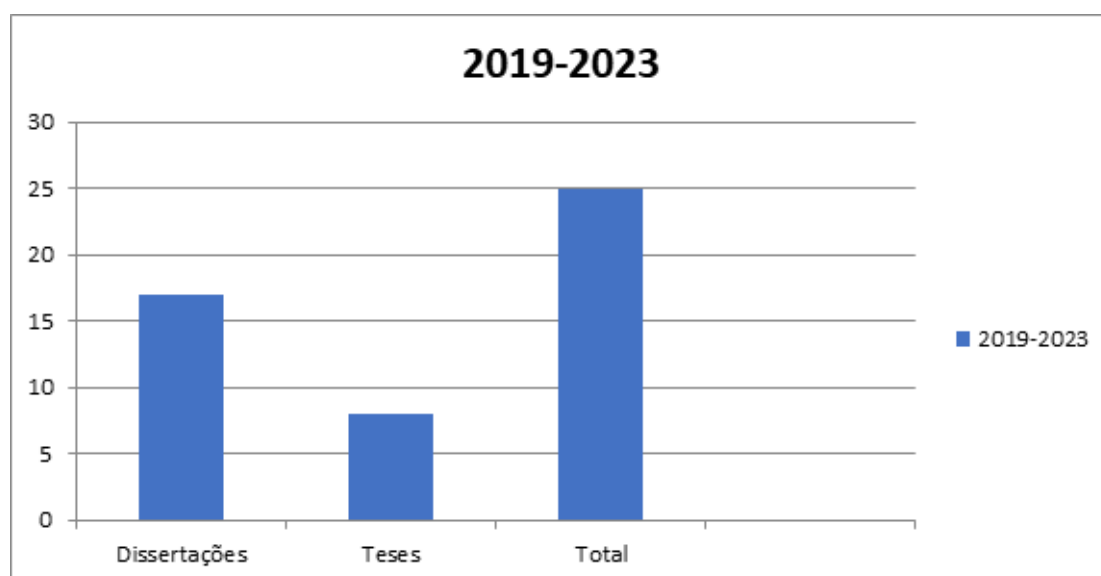


tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”. No mesmo sentido, Morosini (2021, p.72) fala sobre as etapas do processo metodológico:

Na primeira etapa realiza-se a seleção das fontes que serão usadas na busca de material de análise. Entre os repositórios nacionais disponíveis se destacam: o banco de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que objetiva estimular a publicação digital das produções científicas no país, integrando num único portal as informações sobre as publicações, bem como disponibilizando acesso ao documento integral da instituição de origem.

Assim, para a realização desta pesquisa elegemos o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASIS BR) no sentido de favorecer um resultado amplo de como a questão de pesquisa tem sido trabalhada por pesquisadores nas instituições públicas de ensino superiores brasileiras e apontar o direcionamento da pesquisa no intuito de promover uma contribuição para o campo de estudo da educação profissional em nível superior no IFRN.

Os primeiros resultados da busca identificaram um total de 51 trabalhos para o descritor utilizado dentro do recorte temporal estabelecido. Porém, ao aplicar o critério de inclusão e exclusão e de restringir a pesquisa a Teses e Dissertações, encontramos um total de 25 trabalhos, sendo 17 dissertações e oito teses, conforme o gráfico:



Fonte: Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos de Acesso Aberto (OASIS BR).
Elaboração pelos autores, 2024.

Porém, após a leitura minuciosa dos trabalhos, seguindo o critério de inclusão e exclusão e de restringir a pesquisa a trabalhos que abordem permanência dos alunos com vulnerabilidades socioeconômicas nas engenharias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central, não identificou nenhuma publicação que versasse especificamente sobre os cursos de engenharias do IFRN-CNAT com os critérios de busca utilizados. Dessa forma, é possível inferir a necessidade de realização de estudos que considerem a questão de pesquisa aqui suscitada.

4. ANÁLISES E RESULTADOS

Desse modo, seguindo os procedimentos de um estado da questão que deve “delimitar e caracterizar o objeto (específico) de investigação de interesse do pesquisador e a consequente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica” Nóbrega-Therrien & Therrien (2004, p. 7) durante o percurso de investigação com base no levantamento realizado no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos de Acesso Aberto (OASIS BR), elegeu-se os quatro trabalhos que mais se aproximam da questão de pesquisa, conforme tabela abaixo:

DISSERTAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	QUESTÃO DE PESQUISA
PASSOS , Francy Laura Correia Gomes dos.	2020	A Permanência dos Alunos Cotistas nos Cursos de Engenharia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: um estudo de caso na Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho – PE	“analisar as condições de permanência dos alunos cotistas” p.21
RAMOS , Fabíola Leonor de Paula.	2019	O desempenho dos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia na oferta do Ensino Superior: uma análise a partir da experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	“De que forma os IFs estão desempenhando suas atribuições em relação à oferta do Ensino Superior” p. 31.
SANTOS , Daniel Dias dos.	2023	Retenção e evasão na Educação Superior: o caso do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba	“Como se expressam os fatores que influenciam a retenção e a evasão no curso de Engenharia Civil da UFPB”? p.21
BITTENCOURT , Anne Santos e Silva.	2022	“A gente” como agente: vivências de mulheres negras nos cursos imperiais da UFBA	“Estratégias de enfrentamento [às adversidades na universidade]” p.14

Fonte: Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos de Acesso Aberto (OASIS BR).

Elaboração pelos autores, 2024.

Inicialmente destaca-se o reduzido quantitativo de estudos sobre o tema, porém as pesquisas apresentam discussões aprofundadas sobre a permanência dos discentes nos cursos superiores de engenharia, trazendo além de indicadores, proposições para melhoria do cenário educacional das instituições pesquisadas e para formação profissional em nível superior.

Com base na leitura das dissertações selecionadas observa-se que a temática do acesso e da permanência aos cursos superiores aparecem nos estudos de modo mais consistente com o advento das ações governamentais concretizadas no âmbito das instituições federais a contar de 2008 com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e com a da promulgação da Lei 12.711/2012. Sobre isso, o trabalho de Passos (2020, p. 18) aponta que:

Com o advento da Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, a qual foi alterada pela Lei 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nessas mesmas instituições, o cenário inclusivo começou a se moldar. A primeira norma, popularmente conhecida como Lei de Cotas, representou um avanço significativo na inclusão e democratização do ensino, com a reserva de 50 % das vagas das universidades públicas para o aluno egresso da rede pública de ensino (Passos, 2020, p. 18).



Percebe-se que essa Lei se tornou um marco para a democratização da Educação Superior no país. Tornando-se uma ação, pretendia alterar o cenário da exclusão que marcava as instituições públicas de ensino superior.

Quanto às discussões estabelecidas nas dissertações, destaca-se que Passos (2020), buscou analisar por meio de um estudo de caso a permanência dos alunos cotistas nos cursos de Engenharia da Universidade Federal Rural de Pernambuco no qual ela afirma que:

Para entender a permanência no ensino superior, é preciso conhecer as transformações ocorridas ao longo da história e as leis que legitimaram a implementação de políticas de expansão e de democratização, permitindo o acesso às vagas de um público historicamente excluído. Negros, pardos, pobres, indígenas e pessoas com deficiência conquistaram o direito de concorrer em condições de igualdade, devido à política de reserva de vagas. Políticas de permanência, como a assistência estudantil, contribuíram para que os estudantes das classes populares tivessem condições de concluir o curso, pois o acesso, apenas, não era suficiente para promover a democratização da educação superior (Passos, 2020, p.26).

Com isso, ratifica-se a importância de uma política inclusiva, mas também a necessidade de políticas de permanência para garantir além do acesso a continuidade da formação profissional desses grupos minoritários em direitos durante anos.

Em suas conclusões, Passos (2020) aponta que existe um imbricamento entre a permanência simbólica e a material e que várias nuances que perpassam por condições sociais, institucionais, acadêmicas, familiares, pessoais e emocionais.

O trabalho de Ramos (2019) analisa o desempenho dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na oferta da Educação Superior tendo como lócus de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Na dissertação, a autora traz a Educação Superior nos Institutos Federais como objeto de estudo.

A autora apresenta as tendências predominantes na oferta da Educação Superior e a formação do trabalhador no contexto do novo regime de acumulação do capital e do neoliberalismo, o momento de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Segundo Ramos (2019, p.64), “com a crise do capital, a burguesia ao recompor as suas bases de acumulação se viu obrigada a redefinir as políticas públicas de caráter social para atender ao mesmo tempo, valorização do capital e incorporação da classe trabalhadora ao seu projeto de sociedade”.

Sobre o cenário da Educação Superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Ramos (2019, p, 122) afirma que:

Com o conhecimento da configuração do Ensino Superior no IFRJ e a fala dos entrevistados percebemos a existência de um discurso afinado sobre o processo de implantação e desenvolvimento dos cursos de graduação. No IFRJ, o Ensino Superior tende a alinhar-se aos princípios norteadores da criação dos IFs uma vez que os cursos de graduação devem ser criados levando em consideração os arranjos produtivos locais e os setores econômicos buscando o desenvolvimento do território de abrangência do IF, da região e consequentemente do país (Ramos, 2019, p. 122).

Percebe-se que a oferta dos cursos de graduação no Instituto Federal pesquisado, é orientada pelo princípio da verticalização do ensino e estruturados com base na demanda de formação do trabalhador polivalente, flexível e totalmente adaptado à sociabilidade do mercado.

Já na dissertação de Santos (2023), o foco está na dualidade retenção e evasão no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba. Sobre essa dicotomia o autor aponta que:

Para compreender os fatores que comprometem a permanência e a diplomação dos alunos nas IFES, e que geram os fenômenos da retenção e evasão no ensino superior público, é importante dialogar sobre as circunstâncias do surgimento tardio e seletivo ingresso na universidade brasileira, destacando, brevemente, alguns fatos históricos que antecederam a instalação e posterior expansão das universidades no Brasil, visto que nossa história é marcada pelo elitismo e pela exclusão das camadas menos privilegiadas da sociedade, com implicações semelhantes no ensino superior (Santos, 2023, p 46).

O autor traz o debate aprofundado sobre as causas da evasão e as estratégias utilizadas para superar esses desafios trazendo as políticas de assistência estudantil como ponto fundamental na permanência dos alunos.

Destaca-se também o pioneirismo do trabalho de Santos (2023) em relação à análise dos dados considerando os efeitos da pandemia de COVID-19, período extremamente desafiador para humanidade e logicamente para a educação.

Em relação aos apontamentos de sua pesquisa, Santos (2023, p. 149) afirma que a “análise dos dados mostrou que as principais causas da evasão são decorrentes da falta de interesse pelas disciplinas e/ou pelo curso, falta de adaptação e por descontentamento com o curso escolhido, levando a novos interesses profissionais”.

O autor aponta ainda que o período de pandemia foi prejudicial ao desempenho acadêmico dos estudantes e diante dos fatores encontrados (estudarem de forma remota, entre outros) Santos (2023) traz como proposta um plano de ação educacional com sugestões para implantação ou melhoria de algumas ações que poderão ser realizadas pela Universidade. Entre as propostas estão, “aproximar os conteúdos das Disciplinas do Ciclo Básico com a Prática Profissional, elaboração de um método de acompanhamento dos ingressantes do curso de Engenharia Civil para ajudá-los a enfrentar a nova dinâmica universitária.” Santos (2023, p. 145).

Na dissertação de Bittencourt (2022), o recorte é sobre a permanência das mulheres negras nos chamados cursos imperiais (Medicina, Direito e Engenharia). A autora apresenta o percurso histórico centrado nas trajetórias universitárias de mulheres negras nos cursos considerados pela sociedade como de maior prestígio. Nesse sentido, Bittencourt (2022, p.10) afirma que “historicamente, um dos desafios que atravessam o percurso de ascensão social das populações negras é o racismo. Como resistência a este fenômeno, há séculos essas populações desenvolvem estratégias para garantir a possibilidade de se tornarem membros de ambientes outrora reservados às elites brancas”.

Assim como nas dissertações anteriores, a autora traz um recorte com base na análise do cenário político, no entanto a trilha seguida por ela tem como norte as vozes e vivências das mu-



lheres negras e em situação de vulnerabilidade que chegam à universidade e precisam superar os desafios da sua trajetória acadêmica.

Tratando-se mais especificamente das universidades federais brasileiras, campo de interesse deste estudo, pesquisas atuais indicam que seu perfil estudantil majoritário é de mulheres negras com renda de até 1,5 salário mínimo; esse é um dado que demonstra que, ao longo das décadas, as diversas medidas adotadas para a democratização do ensino superior brasileiro de fato resultaram em uma mudança no perfil universitário em geral (Bittencourt, 2002, p.10).

Ao concluir sua pesquisa, Bittencourt (2022, p 104), afirma que a permanência para o estudante negro tem “uma camada muito mais profunda nesse processo, permeada pelas relações raciais e pelo racismo”. Assim, pode-se inferir que as pesquisas analisadas apontam para importância das políticas de permanência estudantil como ações fundamentais para efetivação da formação profissional de nível superior para um recorte da população que anteriormente não acessava essa formação.

No entanto, também se pode inferir com as leituras das pesquisas que as políticas públicas de acesso e permanência necessitam de monitoramento e avaliação no sentido de garantir que possam cumprir a função para a qual foram pensadas, permitindo a identificação de problemas ou falhas além da oportunidade de propor melhorias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos apontados neste estudo, o tema da pesquisa a luz da identificação das principais abordagens sobre a relação entre a política de cotas e a ações de permanência na trajetória dos estudantes dos cursos de engenharias incide diretamente na garantia do direito à educação de forma plena em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, percebemos a necessidade da continuidade da investigação no que diz respeito ao aprofundamento das temáticas identificadas (permanência, inclusão, ensino superior nos Institutos Federais).

O *corpus* da investigação, após análise temática indica que, quantitativamente, a abordagem do tema específico “democratização nos cursos de engenharia” não é expressiva ao longo do período 2019-2023, tendo sido identificados apenas quatro trabalhos, o de Passos (2020), Santos (2023), Ramos (2019) e Bittencourt (2022). Outros quatro trabalhos encontrados, abordam a temática, porém em sentido mais amplo, não estando, portanto, alinhados estritamente à permanência nos cursos de Engenharia enquanto Educação Profissional de nível superior ofertada pelos IFs.

Portanto, os resultados dessa pesquisa apontam para um vasto campo de possibilidades para novas investigações acerca da temática, considerando a democratização da educação como uma conquista social, especialmente quando voltamos nosso olhar para os jovens das classes populares do país, que têm, na maioria das vezes, apenas a educação como possibilidade concreta para transformar a sua condição de vida social por meio do trabalho. Nesse sentido, as produções científicas sobre essa temática podem contribuir com o olhar mais atento para essa problemática.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Lei de Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 set. 2024

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 10 set.2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2024.

BITTENCOURT, Anne Santos Silva e. **“A Gente” como Agente**: Vivências de Mulheres Negras nos Cursos Imperiais da UFBA. Dissertação (Mestrado–Programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

CAPES–**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Periódicos Capes. Brasília/DF. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-r.ezl.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CARNEIRO, Cleide; FERREIRA, Heraldo Simões. **Ensino na saúde e o estado da questão**: perspectivas teóricas e práticas em análise / Cleide Carneiro, Heraldo Simões Ferreira (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. In Cadernos de Pesquisa. n. 116, julho/ 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K-58885J3jd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de ago. 2024.

KUENZER, Acácia. **Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre trabalho e educação. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José L. (org). Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-96.

MOROSINI, M. C. (2015). **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. Revista da Educação. Santa Maria, v. 40, n. 1, pp. 101-116.

NIEROTKA, R.L; TREVISOL, J.V. **Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira**. In: Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul.



Chapecó: Editora UFFS, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786550190071.0002>. Acesso em: 22 de mai. 2024.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M., & TERRIEN, J. (2004). **Trabalhos científicos e o estado da questão**. Estudos Em Avaliação Educacional, v. 15 n. 30. 2004.

OASIS–**Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto**. Brasília/DF. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 10 set. 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil**: desafios e perspectivas. Rev. Estud. Fem. v16. n.3. Florianópolis. Set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhtfnv8FQsV-ZzFH/abstract/?lang=en#>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PASSOS, Franci Laura Correia Gomes dos. **A permanência dos alunos cotistas nos Cursos de Engenharia da Universidade Federal Rural de Pernambuco**: um estudo de caso na Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho-PE. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38505>. Acesso em: 05 set. 2024.

RAMOS, Fabíola Leonor de Paula. **O desempenho dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia na oferta do ensino superior**: uma análise a partir da experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Dissertação de mestrado. UFRRJ. 2019. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5756>. Acesso em: 16 set. 2024.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11778>. Acesso em: 01 set. 2024.

SANTOS, Daniel Dias dos. **Retenção e evasão na educação superior**: o caso do curso de engenharia civil da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/26939/1/DanielDiasDosSantos_Dissert.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politecnicidade**. Educação, Trabalho e Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. 1. ed. São Paulo, Cortez, 2013.

TOSCANO, Geovânia da Silva. **Extensão universitária e formação cidadã**: a UFRN e a UFBA em ação. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

Como citar – ABNT

DINIZ, Joama Silva; NASCIMENTO, Vivianne Souza de Oliveira. Do acesso à permanência dos estudantes cotistas aos cursos de engenharias: democratização da educação superior. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025015, Dezembro, 2025. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74996>

Como citar – APA

Diniz, J. S., & Nascimento, V. S. de O. (2025). Do acesso à permanência dos estudantes cotistas aos cursos de engenharias: democratização da educação superior. *Revista Poiesis Pedagógica*, 23, e2025015. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74996>

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 14 de abril de 2025.

Aprovado: 25 de setembro de 2025.

Publicado: 13 de dezembro de 2025.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Introdução ou Considerações iniciais:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Referencial teórico:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Metodologia:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Análise de dados:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Discussão dos resultados:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Conclusão ou Considerações finais:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Referências:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Revisão do manuscrito:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento; **Aprovação da versão final publicada:** Joama Silva Diniz, Vivianne Souza de Oliveira Nascimento.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.



Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

Editora

Cláudia Tavares do Amaral 

Editor Convidado

Carlos Augusto de Medeiros 

Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.



Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão – UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

